

## ANÁLISE DA ESCRITA DE CRIANÇAS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Aline Gasparini Zacharias<sup>1</sup>

Andréia Osti<sup>2</sup>

Ler e escrever tornaram-se habilidades imprescindíveis para a vida na sociedade contemporânea, contudo, há um crescente número de alunos, que apesar de estarem matriculados no ensino regular e frequentarem a escola, não conseguem ser alfabetizados, ou quando alfabetizados apresentam grandes defasagens em sua produção escrita, bem como dificuldades relacionadas a leitura. Diante dessa situação surge um paradoxo, ao mesmo tempo em que ler e escrever tornam-se habilidades essenciais não só para vida em sociedade, mas também para o desenvolvimento pleno de todo e qualquer indivíduo, após anos de escolarização, alguns alunos ainda saem da escola sem tais habilidades.

Apesar de haver políticas públicas voltadas especificamente para a alfabetização, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que através da Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, estabelece que aos oito anos de idade, no final do 3º ano do Ensino Fundamental da educação básica pública, os alunos devem estar alfabetizados (BRASIL, 2013). Ainda assim é evidente o considerável contingente de crianças ou adolescentes que permanecem nas salas de aula sem aprender a ler e escrever, dados esses apresentados pelo Censo e em documentos oficiais.

Nesse contexto, um fator que merece destaque sobre o processo de aprendizagem da escrita são as intituladas dificuldades de aprendizagem (DA). Diversos estudos (OSTI, 2010; OSTI; BRENELLI 2013; SMITH; STRICK, 2007) atestam a importância da compreensão sobre as dificuldades de aprendizagem, visto que somente por meio do estudo e compreensão desse fenômeno será possível a elaboração de recursos que facilitem, bem como motivem a aprendizagem escolar no contexto da construção e consolidação da escrita.

As causas dessas dificuldades podem ser diversas e variadas, segundo Osti (2012) as dificuldades de aprendizagem são multideterminadas, ou seja, envolvem uma associação de causas. Estas podem estar relacionadas a aspectos educacionais, como currículos inadequados, sistema de avaliação falho, metodologia de ensino, relação professor-aluno, material didático inadequado, e salas de aulas com grande quantidade de alunos, e, a fatores biológicos, que segundo Smith e Strick (2007) podem ser divididos em quatro categorias: lesão cerebral, erros no desenvolvimento cerebral, desequilíbrios neuroquímicos e hereditariedade. Além disso, há também aspectos sociais e ambientais, estendendo-se até mesmo a falta de interação entre a família e a criança, e aspectos psicológicos.

Nesse mesmo sentido Zorzi (2009) afirma que as razões pelas quais alguns alunos não são alfabetizados, possuem um caráter heterogêneo. Todavia é evidente que para grande parte dessas crianças “[...] não se cria, dentro da escola, uma alternativa ou abordagem que leve à superação das dificuldades que aparecem” (ZORZI, 2009, p. 163).

Diante dessa realidade, este trabalho, que diz respeito a um recorte de uma pesquisa maior, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq desde 2014, objetiva compreender o que caracteriza uma dificuldade de aprendizagem na escrita, por meio da análise das dificuldades de aprendizagem apresentadas por alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia, UNESP, Rio Claro, SP, Brasil. E-mail: [aline@rc.unesp.br](mailto:aline@rc.unesp.br).

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Educação, UNESP, Rio Claro, SP, Brasil. E-mail: [aosti@rc.unesp.br](mailto:aosti@rc.unesp.br).

## **Desenvolvimento da pesquisa**

Para que este estudo fosse possível a pesquisa baseou-se na metodologia qualitativa, e o desenvolvimento do trabalho pautou-se em uma pesquisa documental, na qual houve a investigação da produção escrita de um grupo de estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas do município de Rio Claro, interior de São Paulo, com idades entre 10 e 11 anos. Os objetivos centraram-se em identificar as dificuldades específicas nessa escrita, assim como suas características, buscando compreender teoricamente e na prática, o que configura essa dificuldade de aprendizagem. Participaram da pesquisa 50 alunos, sendo 23 meninas e 27 meninos. Esse grupo de crianças é composto em sua maioria por participantes do projeto de extensão intitulado “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado a Alunos com Dificuldade de Aprendizagem”, realizado na Unesp desde o ano de 2013.

Para a investigação da escrita dos estudantes, a pesquisa pautou-se nos estudos de Sisto (2001), sendo que o instrumento utilizado na coleta de dados consiste na Avaliação de Dificuldades na Aprendizagem da Escrita (ADAPE). Esse instrumento caracteriza-se por um ditado composto por 114 palavras, sendo que 60 delas apresentam algum tipo de dificuldade, e 54 não apresentam nenhum tipo de dificuldade. Essas dificuldades dizem respeito a dígrafos, encontro consonantal, dentre outras.

Metodologicamente, após a investigação da produção escrita do grupo participante, foi realizada a análise individual de cada texto, seguida da contagem dos erros mais encontrados, visando realizar um levantamento do nível geral de escrita desses estudantes.

## **Dificuldade de aprendizagem na escrita: implicações pedagógicas**

Os resultados evidenciam que quase em sua totalidade os alunos apresentam sérias dificuldades quanto à grafia de palavras em que há encontro consonantal, sílabas complexas e dígrafos.

Tendo em vista explicitar esses resultados, enfatizaremos alguns aspectos que apresentaram maiores incidências. Houve grande quantidade de erros ortográficos, sendo que a maioria deles diz respeito a trocas entre o J e CH (choelho/joelho), entre o CH por J (jacara/chácara), o L pelo U (difíciu/ difícil), e o D pelo T (darde/ tarde). Houve também alterações caracterizadas por aglutinação (junção) ou segmentação (separação) não convencional de palavras (em graçado, donavanda), omissões de letras nas palavras (crinça/crianças, bicar/brincar) ou omissões de palavras nas frases, alterações decorrentes da confusão entre as terminações am e ao (comeram/comerão), inserção de palavras que não constam no ditado ou acréscimo de letras diferentes na palavra (visionho/vizinho, campuo/campo), não uso de letra maiúscula no início da frase e em nomes próprios, e não utilização do plural na sentença.

Mediante o exposto e segundo a Base Nacional Comum Curricular (2016), a apropriação do sistema de escrita alfabética e o aprendizado de algumas normas ortográficas devem ter início nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. De modo que

[...] ao final do bloco pedagógico de três anos [...], espera-se que os/as estudantes dominem o sistema de escrita alfabética, aprendam a segmentar palavras em frases, usem pontuação em textos, aprendam algumas normas ortográficas que dizem respeito às relações diretas entre fonema e grafema e regras textuais. Nos 4º e 5º anos os/as estudantes precisam consolidar essas aprendizagens, ampliando essas possibilidades (BRASIL, 2016, p. 187).

Assim, os estudantes devem ter possibilidades de perceber de que forma a língua se estrutura, e atende a múltiplas intenções e propósitos de acordo com o contexto empregado, demonstrando uma atitude criativa e de reflexão. Também se destaca nesse documento que aliado a situações de escrita, leitura e oralidade, deve-se haver objetivos que enfatizem os conhecimentos a respeito das normas que regem a Língua Portuguesa, como conhecimentos gramaticais, e, conhecimentos sobre a norma padrão e algumas de suas convenções (BRASIL, 2016).

Diante desse panorama, torna-se evidente que a realidade a qual tivemos contato se destoa desses objetivos, visto que é possível notar que mesmo após o período de alfabetização muitos estudantes ainda apresentam dificuldades relacionadas ao sistema de escrita alfabética, e a própria construção da escrita. É claro que os erros fazem parte de todo o processo de aprendizagem, pois segundo Zorzi (2009), é através deles que as crianças testam hipóteses que as auxiliam na construção de conhecimentos mais aprofundados sobre a escrita. Contudo, os erros que evidenciamos através de nosso estudo se apresentam de forma intensa, com uma grande diversidade e frequência nas alterações.

Nesse sentido, Sisto (2001, p. 207) compreende que:

[...] uma questão que não tem sido levada muito em consideração é a formação de automatismo ou hábito em razão da repetição do erro, que quanto mais automática vai ficando a forma de escrita errada, mais inconsciente vai se tornando o processo e, conseqüentemente, mais difícil fica de corrigi-lo.

Ou seja, esses estudantes apresentam erros que deveriam ser sanados no processo de alfabetização, perante esse fato o automatismo é algo a se pensar, visto que, após vários anos reproduzindo o mesmo erro, este se cristaliza, e o processo de reversão torna-se mais complicado. Para Sisto (2001, p. 207) "[...] no segundo ano de escolarização o automatismo não está tão profundo e é mais fácil a correção do erro mas, no terceiro ano, torna-se bem mais difícil corrigi-lo". Logo, nosso contexto é ainda mais preocupante, uma vez que os alunos são do 5º ano, e estão muito próximos a uma fase de transição, que marca a entrada para as séries finais do Ensino Fundamental, com uma maior quantidade de disciplinas, assim como de professores.

No condizente a investigação das produções escritas, 80,8% dos erros dizem respeito a duas categorias: acentuação e pontuação, e ortografia. Diante disso, partimos do pressuposto de que esses aspectos não devem ser ignorados pelo professor durante o processo de ensino da leitura e escrita, posto que os alunos são negligenciados quando não têm acesso ao conhecimento, e as oportunidades de aperfeiçoamento do mesmo. Se o aprender é um direito, esse direito implica também, para além do acesso a escola, na qualidade desse conhecimento que é ofertado. Assim sendo, emerge a necessidade de um olhar sensível para com essa situação. O olhar do professor e também da equipe pedagógica, visando propor situações e vivências educacionais que contribuam para a consolidação desse processo, e realmente auxiliem os alunos na superação de suas dificuldades, por meio de propostas pedagógicas que de fato atendam as suas necessidades.

### **Considerações finais**

Considera-se que este estudo contribuiu para a caracterização das dificuldades de aprendizagem no concernente a escrita, por intermédio de um levantamento geral do nível dessa escrita, e dos principais erros evidenciados na produção textual de um grupo de estudantes do Ensino Fundamental.

Concluiu-se que as dificuldades centram-se, sobretudo, em aspectos relacionados a ortografia. Além disso, esta pesquisa proporcionou um maior entendimento das necessidades dos alunos que apresentam dificuldades em seu processo de escolarização, e evidenciou a emergência de subsídios teóricos e práticos que atendam às necessidades educacionais, tal como as especificidades desses indivíduos.

Ademais, elucidamos a premência de uma real compreensão sobre o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, tornando-o objeto de reflexão e estudos no âmbito escolar, tendo em vista se alterar a atual realidade das escolas públicas brasileiras, que são conhecidas pela sua ineficácia e precariedade. A vida escolar necessariamente não precisa ser sinônimo de fracasso, frustração, medo e incompreensão. Isto posto, cabe a nós educadores (re)significar o processo de ensino e aprendizagem, no qual os conteúdos não são transmitidos aos alunos, mas sim construídos em conjunto, por meio de relações democráticas.

## Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2. ed., 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.801, de 24 de abril de 2013**. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis n<sup>os</sup> 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

OSTI, A. **Representações de alunos e professores sobre ensino e aprendizagem**. 2010. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

OSTI, A. **Dificuldades de aprendizagem, Afetividade e Representações Sociais**: reflexões para a formação docente. Jundiaí: Paco Editorial, 2012

OSTI, A.; BRENELLI, R. P. Sentimentos de quem fracassa na escola: análise das representações de alunos com dificuldades de aprendizagem. **Psico-USF**, Itatiba, v. 18, n. 3, p. 417-426, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712013000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SISTO, F. F. Dificuldade de aprendizagem. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Dificuldade de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. p. 19-39.

SISTO, F. F. Dificuldade de aprendizagem em escrita: um instrumento de avaliação (ADAPE). In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Dificuldade de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. p. 190-213.

SMITH, C; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de a-z**: guia completo para educadores e pais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZORZI, J. L. A Alfabetização: uma proposta para ensinar crianças com dificuldade de aprendizagem. In: ZORZI, J. L.; CAPELLINI, S. A. (Org.). **Dislexia e outros distúrbios de**

**leitura-escrita:** letras desafiando a aprendizagem. 2. ed. São José dos Campos: Pulso, 2009. p. 149-193.

\_\_\_\_\_. Problemas de aprendizagem e ortografia. Crianças escrevendo errado: o que fazer? In: ZORZI, J. L.; CAPELLINI, S. A. (Org.). **Dislexia e outros distúrbios de leitura-escrita:** letras desafiando a aprendizagem. 2. ed. São José dos Campos: Pulso, 2009. p. 195-226.